

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL DO

GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

ANO XVIII-N.º 72



OUTUBRO DE 1955

SOCIEDADE GERAL

DE

COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TRANSPORTES

LISBOA

Carga e Expediente:

LISBOA - Rua do Comércio, 39 PORTO - Rua Sá da Bandeira, 82 Telef. 26314/5 Telef. 27363

Frota

		TON.			TON.			TON.
n/m	«Africa Ocidental»	1.560	n/m	«Arroios»	9.558	n/m	«Covilhã»	1.376
	«Alcobaça»		n/m	«Belas»	7.259		«Cunene»	9,800
A SHOULD SEE	«Alcoutim» 10		n/m	«Borba»	7.259		«Foca»	2.060
	A STATE OF THE PARTY OF THE PAR	9.588	n/m	«Braga»	7.224		«Inhambane»	
- CONT. CO. CO.				«Bragança»	7.224		«Manuel Alfredo»	3.600
n/m	«Alfredo da Silva»		A CONTRACTOR		1.376	0.00	«Maria Amélia»	3.005
- FEET AND TO SEE		.588	n/m	«Colares»	1.376		«Mello»	6.253
17 P. S. Print, 18 Pp. 1.	«Almante» 12	9.245	n/m	«Conceição Maria»	2.974		«Mirandela»	8.280 3.458
			n/m	«Coruche»	1.376	(F) (F) (F) (F)	«São Macário»	1.221
1.150 E-05 D(1-1)		9.245	n/v	«Costeiro»	900	n/v	«Saudades»	6.430
n/m	«António Carlos»	2.974	n/m	«Costeiro Terceiro»	1.426	n/v	«Zé Manel»	1.240

Total 201.982 Ton.

- 7 Rebocadores
- 5 Lanchas a Motor
- 33 Batelões
- 25 Fragatas
- 1 Barca de Água 1 Draga e 5 Batelões de dragadas
- Em construção nos Estaleiros da C. U. F.
- 4 navios motores para serviço costeiro de 800 T. com
- motores de 650 HP. 2 navios para o serviço de cabotagem em Cabo Verde e para transporte de passageiros de 320 T. e 500 HP.

CARREIRAS REGULARES:

NORTE DA EUROPA/S. TOMÉ E PRÍNCIPE, MATADI E ANGOLA. METROPOLE / S. TOMÉ E PRINCIPE E ANGOLA. METROPOLE / CABO E GUINÉ. ANVERS / PORTUGAL VERDE

SERVICO PERMANENTE:

TRANSPORTE DE FOSFATOS DO NORTE DE AFRICA E PIRITES DO POMARÃO

TRAMPING - CONSIGNAÇÕES - TRÂNSITOS SERVIÇO DE REBOQUES FLUVIAIS E DO ALTO MAR LANCHAS - FRAGATAS - BATELÕES

A Companhia que mais navios tem ao seu serviço construídos em Portugal e nos Estaleiros da Companhia União Fabril, no Barreiro e em Lisboa

BERTRAND (IRMÃOS), LDA.

Fotogravura - Fotolito Desenho - Tipografia

> Telefs. 2 13 68 e 2 12 27 Travessa Condessa do Rio, 27

PAPELARIA

CAMÕES

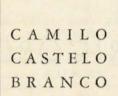
DE

Augusto Rodrigues & Brito Limitada

> Secções de Tipografia, Encadernação e Pautação. Trabalhos simples e de luxo.

Pincéis, telas e tintas de óleo, para aguarela, desenho e guaches das marcas: Lefranc, Windsor, Pelikan e Schmincke

Telefone 23063 42, Praça Luís de Camões, 43 LISBOA





O mais apreciado e o mais português de todos os romancistas

Edição popular das suas principais obras em

80 VOLUMES

CONHEÇA LEIA APRECIE DIVULGUE

CAMILO

Edições da

Parceria António Maria Pereira RUA AUGUSTA, 44 A 54 Telef. 31730 : End. Teleg. Parcepereira

OURO, PRATA E JOIAS

BARATISSIMAS

Grande sortido de objectos de ouro em 2.ª mão só pelo peso

VENDE

a Antiga Ourivesaria

MIGUEL A. FRAGA, L.DA

Pavilhão dos Ourives - Largo Martim Moniz, Loja 18 - Tel. 28503 - LISBOA



SANTA CASA

DA

MISERICÓRDIA DE LISBOA

1/2

LOTARIA EXTRAÇÕES SEMANAIS

PRÉMIOS MAIORES

1 0 0 0 C O N T O S

1 0 0 C O N T O S

5 0 C O N T O S

Os lucros líquidos revertem para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e demais instituições de assistência pública, nos termos da legislação em vigor

CASA AFRICANA

PREÇOS FIXOS E MARCADOS EM TODOS OS A R T I G O S

ON PARLE FRANÇAIS

ENGLISH

Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Rua Augusta, 161 - Telef. 2 42 64 - 65 P. B. X. LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 166 – Telef. 1361 P. B. X. P O R T O

SENA SUGAR ESTATES, LTD.

Plantações e Fábricas de Açúcar em

LUABO

e

MARROMEU

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

Porcelanas da

VISTA ALEGRE

Há já seis gerações que os lisboetas as apreciam

Largo do Chiado, 18 - LISBOA

A

LEGAL & GENERAL

agradece aos

«AMIGOS DE LISBOA»

a preferencia que lhe tem dado, para os seus contractos de seguros

Capital e Reservas:

220 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.º - LISBO A



COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

Grandes e pequenas quantidades

LIVRARIA GARRETT

Rua Garrett, 36 — LISBOA

27. JUL 1988



OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XVIII

OUTUBRO DE 1955

NUMERO 72

Director: MATOS SEQUEIRA

Editor: Francisco Valença Edição e Propriedade do Grupo dos Amigos de Lisboa Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º – Tel. 25711

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 16 Direcção gráfica de Luís Moita

SUMÁRIO



COMUNICAÇÃO do Grupo «Amigos de Lisboa» à Ex. ^{ma} Presi- dência da Câmara, determinando o seu parecer sobre o momentoso problema da Avenida da Liberdade	135
RESPOSTA do Ex. ^{mo} Vice-Presidente da Câmara ao parecer do Grupo sobre o problema da Avenida da Liberdade	141
A CONQUISTA DE LISBOA no Teatro da Rua dos Condes Nótula por M. S	145
O BRAZÃO DE ARMAS DA CIDADE DE LISBOA por Alfredo Ferreira do Nascimento	149
UM QUADRO DE AZULEJOS bem lisboeta Nótula por M. S	154
A Propósito de D. João II pelo Dr. Fernando da Silva Correia	155
FEIRA DA LADRA	161
ACTIVIDADE CULTURAL no trimestre passado	164
ÎNDICE do 18.º Volume - 1955	170
Livros, edições do Grupo e dos Sócios	171
CAPA: O Palácio Palmela – Face norte que deita sobre o Largo do I	Rato.

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

OHELLO

ARRITER SOLD STATE OF THE STATE

COMUNICAÇÃO

do Grupo «Amigos de Lisboa» à Ex.^{ma} Presidência da Câmara, determinando o seu parecer sobre o momentoso problema da Avenida da Liberdade

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A Junta Directiva do Grupo «Amigos de Lisboa» reuniu expressamente para se ocupar do assunto que hoje constitui uma grave preocupação dos habitantes de Lisboa e até mesmo de todos os portugueses que sentem a beleza da capital: a conservação da Avenida da Liberdade tal como é e a fizeram as gerações anteriores.

O artigo 2.º dos nossos Estatutos indica-nos com clareza entre os objectivos do Grupo, fundamentalmente:

a) contribuir para o estudo e solução dos problemas de urbanismo e expansão de Lisboa;

b) defender o património artístico, monumental e documental olisiponense.

É dentro, pois, do espírito e da letra dos nossos Estatutos e em conformidade com a opinião pública largamente manifestada, que a Junta Directiva, tendo ouvido a sua Secção de Estética e Urbanização, se dirige a V. Ex.ª como Presidente da Municipalidade, para lhe expor o que pensa a respeito deste magno assunto, julgando assim interpretar o sentimento geral.

Não se pode deixar de considerar a Avenida da Liberdade como o mais belo arruamento de Lisboa e uma das mais belas avenidas do mundo. Deve essa beleza, não aos prédios geralmente mesquinhos que a ladeiam, mas às suas admiráveis proporções, ao seu arvoredo copado, à largura das suas placas, ao equilíbrio dos vários elementos que a constituem. Basta comparar a Avenida pròpriamente dita com o seu troço inicial conhecido como «praça dos Restauradores», onde apenas o obelisco constitui um elemento de interesse, para se compreender em que consiste a beleza da gloriosa artéria. Avenida da Liberdade e Terreiro do Paço são os dois grandes elementos de beleza da cidade de Lisboa. E assim como o estranho projecto de acrescentar mais um andar aos edifícios do Terreiro do Paço levantou um clamoroso protesto, que teve seu eco na Câmara Municipal, também idêntico protesto surge agora que se ouve falar em projectos dos quais resultaria a destruição do actual aspecto da Avenida.

Via de comunicação essencial no tráfego norte-sul, a Avenida é, também, um incomparável passeio no qual a população se pode abrigar do sol, deambular tranquilamente e admirar os cortejos civicos e militares que necessàriamente por ela passam. A Avenida é um conjunto urbanístico harmonioso, caracterizado pelos seus quatro renques de árvores de cada lado, centrados por canteiros diversamente compostos, em que árvores antigas e novas se misturam, estas substituindo progressivamente aquelas à medida que envelhecem, sem que o conjunto sofra com este constante renovamento.

Os projectos que forçam o Grupo «Amigos de Lisboa» a solicitar a atenção da Ex.^{ma} Câmara Municipal ligam-se com a proposta alteração do perfil transversal da Avenida, destinada a melhorar o trânsito automóvel. Mas semelhantes propostas não surgiriam já se não fosse a incidência da construção do Metropolitano.

Não pretende de modo nenhum o Grupo opor-se aos melhoramentos exigidos pelo progresso, antes saúda sempre com alvoroço os que a necessidade exige e compreende que esse progresso traz muitas vezes consigo certos sacrifícios que aliás compensa. É precisamente para alguns dos sacrifícios que a grande obra do Metropolitano parece exigir desta Cidade e de certo problema que ela veio suscitar, que o Grupo vem chamar neste momento a esclarecida atenção da Ex.^{ma} Câmara Municipal. Trata-se, concretamente, da projectada transformação da Avenida, a efectuar em duas fases, a segunda das quais dentro de 8 a 10 anos.

Está-se portanto muito a tempo de considerar a possibilidade de alterar e melhorar esses projectos de forma a conservar a beleza e o equilíbrio que hoje distinguem a Avenida da Liberdade.

Antes porém de encarar a projectada segunda fase da obra da Avenida, não pode a Junta Directiva do Grupo «Amigos de Lisboa» deixar de manifestar o seu receio de que a forma como vai construir-se o Metropolitano, em vala aberta, não só destrua as palmeiras e outros elementos de adorno das placas centrais — esses substituíveis — mas lese gravemente, pelas raízes, as árvores dos dois renques interiores de cada placa, que assim sucumbiriam em resultado de tal processo de construção, o que certamente não sucederia se outo tivesse sido esse processo. Que estes receios sejam infundados é nosso desejo muito sincero.

O Grupo solicita portanto da Ex.^{ma} Câmara, que certamente está acompanhando este assunto tão sério, com desvelo e previsão, que redobre de atenção pela maneira como a obra se vai fazendo, não se devendo hesitar em impor as variantes indispensáveis para que a construção do Metropolitano não resulte na devastação da Avenida. Muitíssimo cara sairia então essa obra à nossa Cidade!

A projectada alteração do perfil transversal da Avenida, a executar na tal segunda fase, obedece à ideia de se alargar a sua faixa central.

Alega-se que a largura actual dessa faixa — 16 metros — é insuficiente para a circulação automóvel e que esse inconveniente irá constantemente agravando-se, o que dentro dum prazo de 8 a 10 anos obrigará a Câmara a proceder ao seu alargamento para 18,30 metros.

Como é de opinião geral, também a Junta Directiva não vê a necessidade e a vantagem desse alargamento. Os embaraços ao trânsito dos automóveis produzem-se apenas nos cruzamentos, nas transversais (Alexandre Herculano, Barata Salgueiro, Alegria, Rua das Pretas), nos Restauradores, atravessados actualmente por numerosas linhas de eléctricos e de autocarros, e na passagem para o Largo de D. João da Câmara e o Rossio. É só nesses pontos que os automóveis param e o trânsito se acumula e complica. Mesmo que a Avenida fosse em todo o seu trajecto tão larga como a praça dos Restauradores, os impedimentos seriam necessàriamente os mesmos. Se se tivesse realizado o notável projecto camarário de construir os túneis transversais, grande parte do tráfego que hoje é forçado a demandar o Rossio, por aí se escoaria. Se desaparecidas as suas calhas, os eléctricos forem substituídos pelos auto-carros, estes poderão

deixar de correr pela faixa central, aliviando assim o trânsito longitudinal que, nunca é demais repeti-lo, pois é bem patente, se faz depressa, com 2 a 3 filas de automóveis de cada lado, apesar de pela faixa central também circularem auto-carros e de haver praças de táxis ao longo dos passeios. O Grupo contesta, pois, a necessidade e a vantagem de se alargar a faixa central de pouco mais de dois metros, o que não permite nem o estabelecimento de uma única fila de automóveis além das já hoje possíveis e apenas daria um pouco mais de comodidade para os automobilistas, se se entendesse recomendável animá-los a tratar a Avenida como uma auto-estrada. Antes, justamente, se deve procurar que os motoristas se lembrem sempre de que a Avenida é uma rua e não uma pista de corridas.

Mas esse insignificante melhoramento nem de longe compensaria a destruição, desgraçadamente planeada, das árvores do renque mais interno e de aí o nosso legítimo reparo.

Pede o Grupo «Amigos de Lisboa» à Ex.^{ma} Câmara Municipal que se aproveitem os anos que decorrerão entre as duas fases da Obra para se reestudarem os melhoramentos de trânsito, realmente necessários e úteis, e que não obriguem a arrancar aqueles renques de árvores. Este pedido estende-se a todo o arvoredo da Avenida sobre o qual, como já se lembrou, impendem grandes ameaças. Com efeito, se a fila mais interna de árvores desaparecer com o alargamento da faixa central a mais externa sofrerá também talvez, com a remodelação das placas laterais, e as duas filas do meio estão em perigo de sofrer da vizinhança da vala do Metropolitano. Lògicamente, a destruição do arvoredo do lado ocidental arrastará a do lado oriental, por razões de simetria e de equilíbrio.

É com verdadeiro horror que o Grupo antevê a possibilidade de em poucos anos desaparecer o arvoredo actual da Avenida, que faz a sua glória e constitui uma das maiores belezas de Lisboa, e não pode de forma alguma aceitar as opiniões dos técnicos que condenam todas as árvores actuais e se propõem substituí-las por outras. Se tal devastação se consumasse e se, como foi anunciado, se tentasse reconstituir o maravilhoso arvoredo da Avenida, plantando outro em seu lugar, esta que é hoje como que um belo parque de lindas, numerosas e copadas árvores, transformar-se-ia, por muito tempo, num viveiro de árvores novas e arbustos que nunca poderiam fazer esquecer as que forem arrancadas sem necessidade.

Desejamos, a este respeito, salientar quanto nos preocupa a possibilidade de se condenarem os ulmeiros da Avenida, que formam o núcleo mais belo da sua vegetação, para os substituir por choupos. O ulmeiro é uma árvore de boa sombra, majestosa, de vida longa, conservando durante muitos meses do ano a sua folhagem. O choupo, sem tradição alguma na arborização da Avenida, muito recente mesmo em Lisboa, é uma árvore esguia, de pouca sombra, de pouca duração e as experiências até agora feitas na cidade são pouco encorajantes. Conservem-se pois os ulmeiros e as outras espécies que com eles concorrem para fazer da Avenida o que ela é hoje e não se pense em substituir essas espécies por choupos, que aí estariam deslocados.

A Junta Directiva formula ardentes votos por que os construtores do Metropolitano de Lisboa tenham a inteligência, o escrúpulo e, digamos, o respeito de executar a sua obra sem destruir a vegetação que a cobre. Que se inspirem no exemplo dos construtores do Metropolitano de Paris que souberam levá-lo da Praça da Concórdia à Étoile, percorrendo subterrâneamente os Campos Elíseos, sem destruir o belo arvoredo dos jardins e da Avenida que os prolonga.

Dirigindo-se à Câmara Municipal, o Grupo «Amigos de Lisboa» está dentro das suas disposições estatutárias, dos seus objectivos e da sua tradição. Mais de uma vez, desde a sua fundação, se tem dirigido à Ex.^{ma} Câmara para expor seus reparos e reclamações, outras vezes também, com imenso júbilo, para lhe trazer o seu aplauso e o seu apoio.

Em todas as emergências, o Grupo tem encontrado na Municipalidade o mais caloroso acolhimento. Em todas as emergências a Câmara tem generosamente, mas com justiça, reconhecido a utilidade da nossa existência e da nossa acção.

Hoje trata-se duma questão muito grave, cujo melindre e importância a Câmara conhece, como o demonstram as sucessivas declarações públicas do seu Ex.^{mo} Presidente, das quais, com toda a atenção, o Grupo tem tomado conhecimento.

O Grupo «Amigos de Lisboa» sabe que a sua intervenção neste assunto, como o tem sido noutros, merecerá a devida consideração e agradece-a desde já. Mais uma vez confia na competência e na dedicação pela cidade da sua Câmara Municipal.

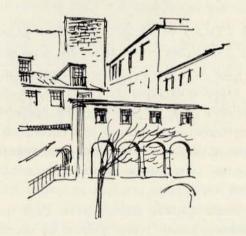
Apresentando-lhe esta representação, que traduz, estamos disso certos, os receios e anseios da população, é com inteira confiança que a depositamos nas mãos de Vossa Excelência.

Lisboa, 25 de Agosto de 1955.

Pela Junta Directiva do Grupo «Amigos de Lisboa»

O Presidente

Professor Doutor Augusto Pires Celestino da Costa



RESPOSTA

do Ex.^{mo} Vice-Presidente da Câmara ao parecer do Grupo sobre o problema da Avenida da Liberdade

Ex.^{MO} Sr. Presidente da Junta Directiva do Grupo "Amigos de Lisboa"

Refiro-me à exposição sobre a remodelação da Avenida da Liberdade que uma delegação da Junta Directiva desse prestimoso grupo me entregou e de cujo conteúdo dei conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Diz-se, principalmente, na exposição:

- 1.º que se deseja conservar a Avenida da Liberdade tal como é e a fizeram as gerações anteriores;
- 2.º que a Avenida deve a sua beleza às suas admiráveis proporções e ao seu arvoredo;
- 3.º que não vê qualquer vantagem na mudança do perfil por várias razões que se apontam.

A isto responde-se:

1.º - Conservar a Avenida da Liberdade tal qual ela é, ainda seria possível se ela não tivesse sido construída no sítio onde foi. Mas conservá-la como a fizeram as gerações passadas isso é já completamente impossível. Que se diria se se reconstruíssem, por exemplo, os pequenos canaviais que contornavam as plantações de crisântemos, o aliás simpático coreto e o «chalé» discretamente rodeado de sebes de «Ligustum japonium»? Impossível considerar tal reconstrução e impossível será

também conservar a Avenida como ela é, precisamente, como muito bem se observa na exposição em referência, porque a Avenida é «a via de comunicação essencial ao tráfego norte-sul» e mais, dizemos nós, a principal canalizadora do tráfego para o grande centro comercial da cidade. Como se pode pois desejar que a Avenida permaneça como está, se ela é uma artéria viva pela função que desempenha na cidade? Se não fosse a preocupação de facilitar o acesso e a saída da Baixa, não se teria construído a Avenida da Ribeira das Naus para descongestionar o trânsito de veículos da Rua do Arsenal, não se teria aberto a Avenida Infante D. Henrique, não se teria decidido a demolição (em curso) da Rua da Palma e das ruas circunvizinhas. Acentua-se: a localização da Avenida da Liberdade é que determinou, principalmente, o estudo da remodelação do seu perfil. O metropolitano dá apenas ensejo a que comece agora a remodelação.

E diz-se que a sua localização é que determinou, principalmente, o estudo da alteração do perfil, porque essa mesma localização levou naturalmente os serviços competentes do Município a fixarem uma nova cércea para os edifícios da Avenida e isto é o mesmo que dizer que a sua população, familiar ou comercial, pelo menos, decuplicará. Como entrariam e sairiam da Avenida os seus novos habitantes se ela se conservasse como está?

Ainda a este respeito importa salientar que não se aceita como condição «sine qua non» de bom gosto de todos os portugueses que sentem a beleza da capital, a conservação da Avenida da Liberdade tal como é e a fizeram as gerações anteriores.

2.º – Todo o arranjo que tem por base a vegetação está sujeito a leis biológicas e estas determinam características próprias. O gosto das várias épocas traduzido numa anarquia de vegetação, algumas doenças graves, as deficientes condições de vida vegetativa alteraram substancialmente, quanto a arborização, o que possívelmente previram aqueles que idealizaram e realizaram a Avenida.

Por outro lado o aumento de compactação das terras em que as árvores da Avenida vegetam, devido ao trânsito cada vez mais intenso e pesado, o asfalto e as impermeabilizações, provocaram o enfraquecimento das ávores e o consequente ataque de inúmeras doenças. A estas causas se deve o aspecto doentio, o fraco desenvolvimento e o perfil tortuoso e deformado que apresentam quase todas as árvores da Avenida.

São, assim, poucos os exemplares existentes cujas copas sejam de apreciar. Mais de 50 % das árvores da Avenida encontram-se doentes ou irremediàvelmente deformadas. Os aspectos criados pela flora nunca podem ser estáticos e sempre que se ponha de parte a sua remodelação cai-se inevitàvelmente na estagnação que mais tarde ou mais cedo conduz à morte dos exemplares e portanto, aniquilam o conjunto, destruindo então o aspecto que com eles se pretendeu formar. «Quatro renques de árvores de cada lado» parece ter sido a ideia que presidiu ao traçado da Avenida onde se podem ainda ver as quatro ordens de caldeiras construídas no desenho do pavimento. Mas porque o compasso entre as caldeiras foi demasiadamente reduzido para as espécies escolhidas, porque a impermeabilização do pavimento se foi tornando cada vez mais rigorosa e ainda porque algumas das espécies adoptadas não eram as mais aconselhadas para o local, o que é um facto hoje, patente aos olhos de todos, é que poucas são as filas transversais, compostas de oito árvores, que formam os quatro renques de cada lado com que foi planeada a referida artéria; a grande maioria ou são troncos quase sem copa prematuramente envelhecidos e cancerosos ou são caules delgados ligados a tutores que mais não conseguem do que aguentá-los vivos, em precárias circunstâncias, durante poucos anos. A retanchoa de arvoredo na Avenida da Liberdade tem sido, de ano para ano, cada vez maior e tem incidido, sobre tudo nos últimos anos, nas plantas mais recentes, as quais só conseguem vingar em reduzida percentagem mesmo com as precauções tomadas nos trabalhos culturais e apesar do interesse manifestado na unificação da arborização da Avenida e no saneamento da sua flora, mercê das ingratas condições do meio.

Nunca se pensou na destruição pura e simples do arvoredo actual para o substituir por outro novo, do que resultaria, certamente por longo tempo, a ausência do elemento principal de valorização do aspecto e ambiente existente na Avenida. Pelo contrário, previu-se o trabalho a longo prazo com novas plantações e substituições graduais para que nas condições melhoradas de vida vegetativa, as árvores possam atingir as dimensões e proporções próprias das espécies de grande porte como os ulmeiros quando se apresentem saudáveis e cheios de vitalidade.

3.º – Prevê-se que existam, no arruamento central, 3 faixas de rodagem em cada sentido, dimensionadas de modo a garantir a circulação em boas condições de segurança, o que hoje não sucede. Destas 3 faixas, 2 garantem a continuidade do tráfego geral que demanda o centro da cidade (cerca de 2.500 veículos por hora); a terceira destina-se ao tráfego que se dirige para os arruamentos laterais (viragens à esquerda e à direita

para as travessias, e estacionamento).

Desde que sejam retirados os carros eléctricos da Avenida da Liberdade e da Baixa, construídos os atravessamentos para peões na Rotunda e Restauradores, ficarão garantidos, pelo menos, as mesmas duas faixas de rodagem (em cada sentido) até ao Terreiro do Paço. Além disso a distribuição transversal do tráfego afluente será garantida pela melhoria de todas as ligações transversais à Avenida da Liberdade, e pela prevista construção dum túnel circundante da Baixa, pelo menos na ligação Restauradores-Martim Moniz.

Uma vez retiradas as linhas dos eléctricos ao longo da Avenida, prevê-se que existam 2 faixas de rodagem nos arruamentos laterais, sendo uma destinada a transportes colectivos e pesados e outra ao tráfego ligeiro local e de viragem à esquerda, o que forçosamente obriga ao alargamento daqueles arruamentos.

Estes serão ladeados de faixas de estacionamento para carros par-

ticulares e táxis.

Resumindo: o novo perfil da Avenida da Liberdade melhorará consideràvelmente as condições de vida do arvoredo, o trânsito de peões e de veículos, e o estacionamento destes, e tudo obtido sem sacrificar a beleza da Avenida, nem mesmo transitòriamente. Aliás, como já tantas vezes se tem dito, tudo será feito com os cuidados que a primeira avenida de Lisboa exige.

Para terminar apraz-me registar a valiosa colaboração que o Grupo "Amigos de Lisboa" tem sempre dispensado à administração municipal e agradeço mais esta prova de interesse agora manifestado através da exposição a que se está respondendo, embora não possam ser aceitas algumas das opiniões nela expressas. E isto porque não se deve ser mais amigo da Avenida da Liberdade, que Amigo de Lisboa.

Paços do Concelho de Lisboa, em 25 de Outubro de 1955.

A BEM DA NAÇÃO

O Vice-Presidente,

Luís Pastor de Macedo

Em 1529 professou na Ordem de S. Domingos Frei Bartolomeu do Vale, que, pouco depois, em memória da sua freguesia natal, Nossa Senhora dos Mártires, de Lisboa, passou a usar o nome de Frei Bartolomeu dos Mártires, depois, notável Arcebispo Primaz.

Ex. mo Consócio:

Para início da actividade cultural após férias, foi organizado o seguinte programa:

NOVEMBRO

Domingo 13, às 15 horas, visita à nova *Igreja de S. João de Brito*, no Bairro de Alvalade, no fim da Avenida da Igreja. A visita autorizada por amável deferência do respectivo Pároco será dirigida pelo autor do projecto o nosso consócio Sr. Arq. Vasco Palmeiro (Regaleira), antigo Vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

Para esta visita ao templo, que consagra um nosso conterrâneo, servem os auto-carros das carreiras n.ºº 7, 17 e 21 que partem respectivamente da Praça do Chile,

Restauradores e Cais do Sodré.

Quinta-feira 24, terceira sessão de Colóquios Olisiponenses, na sede, às 22 horas. Aceitam-se inscriçõeos de 1 a 15 do corrente nos termos prescritos na circular n.º 142.

DEZEMBRO

Quinta-feira 15, às 22 horas, conferência, na sede, sobre Um Arcebispo Primaz, natural de Lisboa, Frei Bartolomeu dos Mártires, pelo Secretário-Geral.

Domingo 18, às 15 horas, visita de estudo à Basílica dos Mártires, no Chiado. Será visitada a igreja, as suas dependências e vista a relíquia de Frei Bartolomeu dos Mártires, natural desta freguesia e nela baptizado. Esta visita será dirigida pelo Secretário-Geral.

Com a conferência e esta visita de estudo se associa o Grupo à evocação da vida do nosso conterrâneo Frei Bartolomeu dos Martires, que faleceu Arcebispo de Braga.

Decorrendo no decurso desta circular as Festas do Natal a todos se desejam Boas Festas e um Feliz e Próspero 1956.

1 de Novembro de 1955.

A BEM DE LISBOA Pela Junta Directiva O Secretário-Geral

Mario Mens

(Ass. Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves)

NOVIDADES OLISIPONENSES

FORAM POSTAS À VENDA:	PRE	ços
	para o público	para os sócios
Alocuções, pelo Dr. Eduardo Neves	15\$00	13\$50
Homenagem a Matos Sequeira, pelo Dr. Eduardo Neves	15\$00	13\$50
Revista Municipal, n.º 64	12\$50	11\$20
Inventário de Lisboa, n.º 10	12\$50	11\$20
Guia Olisipo, n.º 10	8\$00	7\$00

A Conquista de Lisboa Teatro da Rua dos Condes

NOTICIA.

Uinta feira 13 de Maio, Dia jubiloso para todos os bons Portuguezes, por ser o Anniversario do Faustissimo Natalicio de S. M. F. El-Rei D. JOAO VI. Nosso Senhor, se representará no Theatro da Rua dos Condes, hum novo, e Nosso Senhor, se representará no Theatro da Rua dos Connes, pomposo Drama Heroico, em 3 Actos, e em verso, que se intitula

D. AFFONSO HENRIQUES, PRIMEIRO REI DE PORTUGAL,

A CONQUISTA DE LISBOA.

A Conquista DE Lisboa.

A Companhia, desejando dar huma convincente próva do seu affecto, e adhesa d Serenissima Casa de Bragança, que felizmente nos Rége, solemnizando este Dia com hum grande Especiaculo, que fosse todo allusivo às grandes Virtudes de S. Macestade, julgou que D. Affonso Henriques, Fundador da Monarchia Portugueza, e que salvou Lisboa do barbaro Dominio dos Mouros, era o mais apropriado Prototypo para o Elogio Heroico do Grande Monarcha, que mereceo com justiça o titulo de Segundo Fundador do Imperio Lusilano, restitundo-lhe as Leis, costumes, e regimen, com que por tantos Seculos prosperára. Fez pois com este intuito escrever o presente Drama, que contém o mais glorioso Acontecimento da nossa antiga Historia, ou se contemple a Fortaleza da Cidade, onde estavao reconcentradas todas as forças Mauritanas, ou a influencia dos seus resultados, para a liberdade Portugueza; pois a quéda de Lisboa, para a liberdade Portugueza; pois a quéda de Lisboa, para diberdade Portugueza; pois a quéda de Lisboa, para a liberdade Portugueza; pois a quéda de Lisboa, para de liberdade Portugueza; pois a quéda de Lisboa, para de liberdade Portugueza; pois a quéda de Lisboa, para de liberdade Portugueza; pois a quéda de Lisboa, para de liberdade portugueza; mas des fadiças de toda a Europa, porque trouze irribada de Volar Portuguez, mas das fadiças de toda a Europa, porque trouze irribada de Volar Portuguez, mas das fadiças de toda a Europa, porque trouze irribada de Foz do Téjo huma Armada de Cruzados, que trazia a seu bordo os mois sesforçados Cavalleiros daquelle tempo; como Guilherme, chamado de longa estada, Irmañ d'El-Rei de Inglaterra; Ligel, Senhor de Flandres; o Rei de Dinamarca; Eudon, Duque de Borgonha; e muitos outros, que todos navegavañ para a Terra Santa, a fim de libertar o Sepulcho de Christo, e so ofercecera a D. Affonso Henriques, para o ajudarem nesta Empreza, em que fizerao grandes façanhas nos cinco mezes, que durou o assédio da Praça. Nañ he ficárao inferiores os nossos, especialmente o intrépid empenhou o bem conhecido talento do Socio-Pintor do Theatro, Eugenio Joa-

A moda dos elogios dramáticos, festejando as grandes figuras da época, imperou nos palcos portugueses durante todo o primeiro terço do século passado. A empresa do Teatro (chamado Nacional) da Rua dos Condes, em 13 de Maio

de 1824, não quis fugir à regra, e proporcionou ao público da capital, dedicando a D. João VI, no dia do seu aniversário natalício, um espectáculo de estrondo, cujo programa campanudo se reproduz, e onde se chama ao sexto João «o segundo Fundador do Imperio Lusitano».

O que nos leva a inserir tal programa no OLISIPO, é o título e assunto da peça que se estreava — D. Afonso Henriques, primeiro Rei de Portugal ou a Conquista de Lisboa, que iria ser desempenhada por um escol de actores da época. O Mata Castelhanos, o Lisboa, o João Evangelista da Costa, o Arsejas, o Garrido, a Bárbara Cândida e outros de menor renome, entravam no pomposo drama heróico, como se lê na distribuição. O que é particularmente curioso, além do estropiar do nome de Martim Moniz em Mendo Moniz, que iria ser feito pelo famoso João dos Santos Matta, é a intervenção no drama da «valorosa Condessa de Arouca», injustamente esquecida — diz o programa — pelos nossos historiógrafos e que só vivia na imaginativa de um ercriba castelhano, posta em relevo na sua obra Espelho Miraculoso do Heroismo Feminil. Esta personagem era interpretada pela actriz Ludovina Soares. Para dar à assistência um rebuçado de risos, depois do incêndio de Lisboa, que era a apoteose do drama, representou-se ainda, nesse memorável dia, a farsa O Velho Perseguido, e o espectáculo deveria acabar cerca das onze da noite, dado que começava, ainda com o sol fora, às oito horas e um quarto. No «pomposo drama», figuravam também um Rei da Dinamarca e um Duque de Borgonha, que o autor introduziu fantasiosamente entre os Cruzados que auxiliaram a empresa guerreira do grande Ibn Erric, e que decerto dialogavam com a não menos fantasiosa Condessa de Arouca.

Devia de ter sido um memorável espectáculo.

M. S.

Reprodução integral da

NOTICIA.

Q Uinta feira 13 de Maio, Dia jubiloso para todos os bons Portuguezes, por ser o Anniversario do Faustissimo Natalicio de S. M. F. EL-REI D. JOAO VI. Nosso SENHOR, se representará no Theatro da Rua dos Condes, hum novo, e pomposo Drama Heroico, em 3 Actos, e em verso, que se intitula

D. AFFONSO HENRIQUES, PRIMEIRO REI DE PORTUGAL, ou A CONQUISTA DE LISBOA.

A Companhia, desejando dar huma convincente próva do seu affecto, e adhesaő á Serenissima Casa de Bragança, que felizmente nos Rége, solemnizando este Dia com hum grande Espectaculo, que fosse todo allusivo ás grande Virtudes de S. MAGESTADE, julgou que D. Affonso Henriques, Fundador da Monarquia Portugueza, e que salvou Lisboa do barbaro Dominio dos Mouros, era o mais apropriado Prototypo para o Elogio Heroico do Grande Monarcha, que mereceo com justiça o titulo de Segundo Fundador do Imperio Lusitano, restituindo-lhe as Leis, costumes, e regimen, com que por tantos Seculos prosperára. Fez pois com este intuito escrever o presente Drama, que contém o mais glorioso Acontecimento da nossa antiga Historia, ou se contemple a Fortaleza da Cidade, onde estavaõ reconcentradas todas as forças Mauritanas, ou a influencia dos seus resultados, para a liberdade Portugueza;

pois a quéda de Lisboa, arrastou comsigo a de todas as Cidades, e Praças fortes, que ainda existiao em poder dos Barbaros, tao inimigos da nossa existencia Política, como da nossa Santa Religiao. Parece com effeito que a Providencia se esmerou em adornar a Conquista de Lisboa com as mais raras, e assombrozas circunstancias, fazendo que ella fosse obra nao só do valor Portuguez, mas das fadigas de toda a Europa, porque trouxe arribada á Foz do Tejo huma Armada de Cruzados, que trazia a seu bordo os mais esforçados Cavalleiros daquelle tempo; como Guilherme, chamado de longa espada, Irmao d'El-Rei de Inglaterra; Ligel, Senhor de Flandres; o Rei de Dinamarca; Eudon, Duque de Borgonha; e muitos outros, que todos navegavao para a Terra Santa, a fim de libertar o Sepulchro de Christo, e se offerecêrao a D. Affonso Henriques, para o ajudarem nesta Empreza, em que fizerao grandes façanhas nos cinco mezes, que durou o assédio da Praça. Não lhe ficárao inferiores os nossos, especialmente o intrépido Mendo Moniz, causa primaria da Conquista; pois recolhendo-se os Mouros de huma sortida, perseguidos pelos nossos, elle estimando mais a victoria dos seus, do que a conservação da propria vida, abraçando-se com a porta da Cidade (que chamavão do Norte) impedio com seu Corpo, que a fechassem as guardas, e franqueou a entrada aos Sitiadores. Igualmente se distinguio neste sitio, a valorosa Condeça de Arouca, a respeito de quem os nossos Historiadores guardao hum ingrato silencio; mas de cujas desventuras, e proezas trata largamente o Padre Bartholomeu de la Higuera na segunda Parte da sua Obra, intitulada Espelho miraculoso do Heroismo Feminil. O Autor do Drama pôz todo o esmero em pintar fielmente os costumes imaginosos, e as opiniões, e enthusiasmo Militar daquelle Seculo, em que a Religiaõ, e o brio Cavalleiresco eraõ os primeiros moveis de todas as acções humanas. O Drama, além do mérito intrinseco da sua conducção, e estilo, se faz tambem recommendavel por seu apparato scenico, e riqueza de vestuario em parte novo, manobras Militares, e huma pomposa vista final da Cidade incendiada, em cuja execução se empenhou o bem conhecido talento do Socio-Pintor do Theatro, Eugenio Joaquim Alves.

Terminado este pomposo Drama, os Principaes Actores executaráo hum novo ELOGIO, que rematará com a Appariçao do Retrato de S. Magestade, e Hymno. A Sociedade para prevenir os antecipados reparos de algumas Pessoas, que por pouco versadas em usos Theatraes, poderiao reparar em nao começar o Espectaculo com o Elogio, adverte que sendo este huma applicação engenhosa das allegorias do Drama, em cujo Heroe, o Espectador deve ter sempre presente a imagem das Virtudes do Monarcha, cujo Natal se festeja, nao era possível o observar-se o methodo usual; pois em tal caso nao ficaria intelligivel a sua intenção.

Terminará o Espectaculo com a bem acceita Farça, intitulada

O VELHO PERSEGUIDO.

A Sociedade, que sempre em taes Dias costuma empenhar todos os seus recursos, a fim de preencher a Espectação Pública, agora póde affoutamente affirmar, que transcendeo as suas forças, empenhando-se além dos fracos recursos, que tem de presente á sua disposição, não poupando sorte alguma de disvélo, ou despezas, a fim de que este Espectaculo fosse o mais digno possivel do Alto Objecto, a que se dirige; e contará como a maior gloria, o merecer a approvação, e applauso de todos os Portuguezes honrados.



Principiará ás 8 horas e hum quarto.

PERSONAGENS DO DRAMA.

D. AFFONSO HENRIQUES,	Rei de Portugal,	João Evangelista da Costa.
GUILHERME DE LONGA Inglez, EUDON, Duque de Borgon	ESPADA, Principe Chéfes dos Cruzado Cortuguez,	s. { Joaō Evangelista. Manoel Baptista Lisboa.

D. Elvira, Condeça de Arouca, Guerreira Portugueza, Alaida, Princeza de Lisboa, Almansor, Rei de Féz, Osmin, seu Filho, Zaide, Capitao Mouro, Ismael, Alcaide de Lisboa,	Ludovina Soares. Barbara Maria Candida Leal. José Joaquim Arcejas. Miguel Joaõ Vidal. Joaquim José de Barros. Antonio Borges Garrido.
HAMET, Sacerdote Mauritano,	José Xavier da Silva Ultra.

Cavalleiros Portuguezes. Cavalleiros Cruzados. Cavalleiros Mauritanos. Soldados Portugueses. Soldados Inglezes. Soldados Francezes. Soldados Mouros. Eunucos Negros.

LISBOA. NA TYPOGRAFIA DE BULHÕES. ANNO 1824.

Com Licença da Real Comissão de Censura.



O Brasão de Armas da Cidade de Lisboa

por Alfredo Ferreira do Nascimento

DESDE 1940 que o escudo de armas usado pela Câmara Municipal de Lisboa vem sendo desenhado com a constituição constante do parecer emitido pela comissão de heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, com o qual concordou a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia e veio a merecer a aprovação do Ministro do Interior, dada por portaria de 28 de Fevereiro daquele ano.

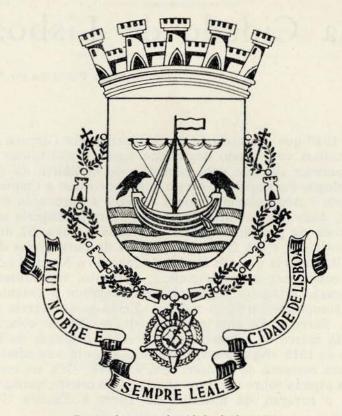
Partindo do princípio que as gravuras a págs. 37 do n.º 3 da Revista Municipal, e em frente da pág. 84 da obra Casas da Câmara de Lisboa, da autoria de Luís Pastor de Macedo e Norberto de Araújo, se podem considerar como oficiais e, portanto, reproduzem exactamente o brasão citadino, verifica-se estar errado o desenho de uma das peças complementares do mesmo. Trata-se da estrela da Ordem Militar da Torre e Espada, pendente do respectivo colar, e representativa da mercê de comendador concedida à cidade de Lisboa em 10 de Maio de 1919. Aquela é apresentada, e assim é de admitir por ser essa a forma correcta de o fazer, pelo anverso. Ora, no centro deste, figura uma espada sobre um livro aberto. Que conste, nunca o anverso, ou mesmo o reverso, da medalha da Torre e Espada tiveram tal constituição.

D. João VI, quando Príncipe Regente, ao restaurar a ordem, primitivamente instituída por D. Afonso V mas mais tarde caída em desuso e até, mesmo, esquecida, estabeleceu que a respectiva insígnia seria constituída por uma chapa redonda de oiro, figurando no anverso a sua efígie e no reverso uma espada circundada com a legenda «Valor e Lealdade», para os cavaleiros; para os comendadores e grã-cruzes a medalha teria por timbre uma torre, e estes últimos dignitários usariam, em dias solenes, um colar formado de

espadas e torres.

O alvará de 23 de Abril de 1810, da assinatura do mesmo Príncipe, fez algumas alterações na placa e medalhas as quais se referiram, apenas, à legenda «Valor e Lealdade» que passaria a ser inscrita a letras de oiro sobre campo azul ferrete, e às insígnias de cavaleiro que seriam encimadas pela torre, tal como as dos comendadores.

Outro regente, D. Pedro de Bragança, por alvará de 28 de Julho de 1832, reformou a ordem, a que deu o título de «Antiga e muito nobre Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito».



Brasão de armas da cidade desde 1940

A insígnia dos cavaleiros, passou a ser constituída por uma medalha de prata redonda, tendo no anverso uma espada sobre uma coroa de carvalho, no cimo uma torre, e à volta, em letras de oiro sobre campo azul ferrete, a legenda «Valor, Lealdade e Mérito», no reverso o escudo das quinas sobre um livro, que representaria a carta constitucional da monarquia, com a legenda «Pelo Rei e pela Lei». Para os oficiais, insígnia semelhante à dos cavaleiros mas em oiro. Aos grã-cruzes

e aos comendadores era destinado o uso de uma placa com a espada, a torre, e a legenda igual à do anverso das insígnias dos outros graus. Em dias de grande gala os cavaleiros usariam a medalha pendente de uma cadeia de prata em forma de colar, os oficiais de ouro e os comendadores e grã-cruzes um colar formado de espadas e torres.

El-Rei D. Carlos, por alvará de 1 de Fevereiro de 1896 e como consequência da reorganização então recém determinada para a Ordem Militar de S. Bento de Avis, mandou proceder a nova reforma da Ordem da Torre e Espada a qual consistiu, tão sòmente, na criação da dignidade de grande-oficial, e na definição das honras e precedências dos agraciados, expressamente declarando em vigor as disposições não revogadas do alvará de 28 de Julho de 1832.



Placa de comendador criada pelo Príncipe Regente D. João ao restaurar a Ordem

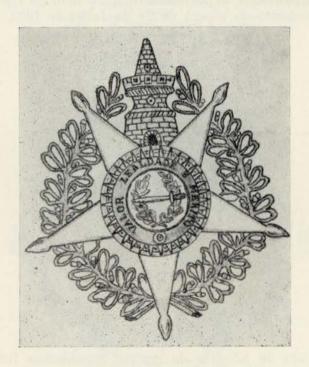
A quando do advento do regime republicano foram abolidas todas as ordens militares, mas o restabelecimento das de Avis e da Torre e Espada foi decretado em 1917. As insígnias desta última eram, para a 4.ª classe, uma estrela de cinco pontas de esmalte branco, perfilada de prata, circundada de uma coroa de carvalho de esmalte verde, também perfilada de prata, tendo por timbre um castelo de prata; ao centro da estrela, no anverso, uma espada com uma coroa de carvalho em campo de ouro, circundada da legenda, em letras de ouro sobre campo azul «Valor, Lealdade e Mérito»; no reverso, o escudo nacional em campo azul circundado da legenda em letras de oiro «República Portuguesa – 1917». Para a 3.ª classe a estrela teria igual composição mas com os perfis e o castelo em oiro,

e a 2.ª classe usaria da mesma estrela sobre uma placa pentagonal de prata.

O colar, tendo pendente a insígnia da Ordem, seria de ouro e esmalte para as três primeiras classes e de prata e esmalte

para a 4.ª.

Em 1918, juntamente com o restabelecimento das de Cristo e de S. Tiago da Espada, a Ordem sofre nova remodelação. Esta consistiu, apenas, na abolição dos graus designados por classes e no regresso às dignidades tradicionais — cavaleiro, oficial, comendador, grande-oficial e grã-cruz. No que respeita às insígnias, as alterações



Estrela pendente do colar actualmente em uso

limitaram-se à modificação da estrela de cavaleiro que passaria a ser perfilada de oiro, assim como a coroa de carvalho e o castelo. Do reverso desapareceu a era de «1917» e o colar não sofreu qualquer alteração.

Os regulamentos das Ordens Portuguesas, incluindo as militares, que subsequentemente têm sido publicados, em nada modificaram a constituição anterior das insígnias correspondentes aos vários graus da Torre e Espada.

Provado fica: o desenho da estrela, pendente do colar que orna o brasão da cidade de Lisboa, não está certo, No centro daquela deve figurar uma espada com uma coroa de carvalho e não a espada sobre um livro aberto. A não ser por má compreensão não se veja, em quanto fica dito, outra intenção além da única de se pretender contribuir para que o referido erro seja eliminado e, portanto, posto certo o que, por agora, não está. Não é descabido acentuar que as insígnias da Torre e Espada, figurando nos brasões usados pela Câmara Municipal de Lisboa de 1920 a 1927 (sugestão Eduardo Moreira), e de 1927 a 1940 (sugestão Quirino da Fonseca), se apresentavam correctamente desenhadas.





Um Quadro de Azulejos bem lisboeta

Na Igreja matriz de Santa Maria, na ilha deste nome, nos Açores, existe um revestimento de azulejos policromos, seiscentistas, de marcado fabrico lisboeta, no qual se enquadra, emoldurada, a figuração de um milagre de Santo António. Reproduzimo-la aqui, para ficar como mais um documento da iconografia antoniana e alfacinha. Na pintura cerâmica vêem-se os lendários corvos, à porta da Sé de Lisboa, e o taumaturgo, sob a umbela erguida por um prelado, ressuscitando um morto. Os trajos das personagens seculares são os do século XVII.

M. S.

A PROPÓSITO DE D. JOÃO II

pelo Dr. FERNANDO DA SILVA CORREIA

I – Uma injustiça da História a reparar

UANDO há um mês tive a honra de ser convidado para vir à sede dos «Amigos de Lisboa» fazer uma conferência sobre D. João II e, como resposta consciente, me escusei, alegando, em verdade, que nunca estudara em conjunto a vida do Príncipe Perfeito, a generosidade amiga de quem me fazia o convite levou-o a insistir, certamente por julgar que a hesitação resultava de cerimónia da minha parte ou de modéstia e a invocar como razão para o fazer o facto de eu há muito — há precisamente 32 anos, verifiquei-o depois — me ocupar dos vários aspectos da vida de sua Mulher.

Na verdade colocou-me numa situação difícil, certamente sem querer. Com efeito, como seria possível estudar a vida da Rainha D. Leonor sem ao mesmo tempo penetrar nos mínimos meandros, já não direi apenas da vida, mas da própria alma de seu Marido?

Como poderia eu surpreender através das crónicas, dos documentos e da crítica dos que se ocuparam posteriormente de ambos, interessando-se apenas por qualquer deles embora, todos os passos da Paixão da organizadora da Assistência em Portugal sem entrar nas salas dos múltiplos paços onde a Corte se aposentou nas andanças a que D. João II a obrigou, devido à peste, às conjuras, pelo amor da grei ou outras exigências da governação?

Antes de mais nada isso seria rematada incorrecção, tratando-se duma Senhora e duma Senhora que figura na História como a mais notável, tendo quando muito a par, em múltiplos aspectos, da Rainha Santa Isabel.

Razão tinha D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos ao chegar, depois dos seus exaustivos e notáveis estudos sobre a época, à mesma conclusão, a que eu cheguei, o que só conheci quando consegui haver à mão a *Nota Vicentina* em que o diz, e a acrescentar, com a autori-

dade de quem podia e tinha querer, referindo-se ao reinado do Prín-

cipe Perfeito:

«Queria que continuássemos a chamá-lo o reinado de D. João II e de D. Lenor» depois de ter afirmado e como consequência do que demonstrara:

«Eu venero o grande rei em cujo reinado tràgicamente tormen-

toso e tràgicamente belo se cimentou a grandeza de Portugal.»

Na verdade, quem tenha estudado atenta e escrupulosamente a história de qualquer deles embora com interesse exclusivamente por

um, não pode deixar de chegar à mesma conclusão.

Os apressados, os mal documentados ou os facciosos, esses podem concluir o que quizerem e poderem... ou o contrário, se isso lhes convier ou calhar. Passou já, felizmente para o prestígio da historiografia nacional, a moda (também há modas em histria!) que levou quem se entusiasmava por D. João II a desprezar a Rainha D. Leonor, e, quem conhecia e por isso admirava esta, a só ver no Marido a crueldade e o despotismo deste que tantas angústias e lágrimas lhe causaram.

Mas se a Rainha D. Leonor foi a digna parceyra do Principe Perfeito, a Princesa Perfeitissima, como lhe chamou em 1656 o «amigo de Lisboa» Jorge de Carvalho, aqui nascido e depois tornado em cónego loio e escritor erudito, ao iniciar uma das crónicas da sua Congregação, a única que dele resta, com o mais caloroso, justo e documentado panegírico que foi feito à Rainha das Misericórdias até à publicação do livro de outro «amigo de Lisboa», do Conde de Sabugosa.

*

Independente porém da confessada insuficiência de conhecimento da figura de D. João II, sinceramente invocada, outra razão havia para a minha escusa.

Com efeito, registando-se neste ano de 1955 o V Centenário do nascimento do *Príncipe Perfeito*, não seria lógico que as comemorações se iniciassem com uma conferência que de palestra não podia passar, feita por quem só conhece do homenageado o que toda a gente sabe, e apenas com mais minúcia, embora sem esgotar tão vasto assunto, o que de qualquer modo influiu ou reflectiu actos e pensamentos da

Rainha ou instituições criadas por ela.

A figura gigantesca do *Homem* que meteu ombros à empresa de fazer na História de Portugal a viragem de rumo da Idade Média para a Renascença, num mar agitado (verdadeiro mar vermelho, do sangue do Infante D. Pedro, do Conde de Avranches, do Infante Santo e dos conjurados de Vila Viçosa e Évora), desse timoneiro que herdou a energia do Infante D. Henrique e a transmitiu, intacta e acrescida da sua Fé na Empresa planeada, à nova *inclita geração*, de navegadores que iriam descobrir meio mundo e impor para sempre Portugal ao respeito e admiração da História — essa figura exige um arauto

que não pode ser quem apenas se ocupe de assuntos históricos como violino de Ingres, nos intervalos duma vida exaustiva de trabalho em campo bem diferente, inglório e, por sinal, de bem pouco interesse

para a maioria dos portugueses.

Não foi, por isso, a modéstia e, muito menos, qualquer vislumbre de falsa modéstia, tão desacreditada como ridícula, que me levou a pedir escusa, numa resposta que todos agora vêem que foi consciente. Acrescia que o auditório dos «Amigos de Lisboa» é excepcionalmente culto e exigente, embora a data tardia da palestra, exigida pela realização dum curso de aperfeiçoamento que tive de dirigir e o acaso da escolha que eu fizera da véspera de S. João e do calor a prever para este serão, que mais convida a ver marchas ao ar livre, me desse a garantia de ela ser feita em família.

Seja como for, aceitei o encargo. Vou sentar-me no banco dos réus para ser julgado pelos que me oiçam. Resta-me denunciar o cúmplice para que o condenem a pena maior (maior do que a minha, bem entendido): Foi o Dr. Eduardo Neves, que não tinha, em vista da sua categoria, direito, como agora se diz, a cometê-lo, tanto mais que me obrigou, para cúmulo, ainda por cima, a ter de lhe agradecer a sua generosidade e amizade bem intencionada e a honra da escolha, como gostosamente faço, a ele e à Ex.^{ma} Direcção dos «Amigos de Lisboa», que tão gentilmente se tornou cúmplice do crime.

II - O que toda a gente sabe sobre D. João II

Que sei eu a respeito de D. João II? Que sabem todos os portu-

gueses que tenham exame de instrução primária?

— Que foi um grande Português, nascido de pais portugueses, ambos eles netos de D. João I e de D. Filipa de Lencastre — D. Afonso V, filho de D. Duarte, e D. Isabel, filha de D. Pedro, o Regente. Nasceu em Lisboa, no Paco da Alcácova, lá em cima no Castelo, de que restam pedras onde agora está um restaurante. Sua mãe gerou-o, angustiada, no meio das intrigas palacianas que haviam vitimado seu pai em Alfarrobeira, seis anos antes, tinha ela então 17 anos, e deixou-o órfão com 7 meses, ao morrer em 2 de Dezembro de 1455, há precisamente cinco séculos, «com fluxo de sangue, com suspeita de lhe terem dado peçonha, porque, a juízo de médicos, parecia mais doença dada que adquirida por má disposição», segundo diz um cronista, atribuindo-se ao Duque de Braganca tal crime, como as intrigas que levaram à morte o Regente. O juízo, porém, de outros médicos, que sabem quanto ela teve uma mocidade angustiada e depauperante e que lhe morreu mais tarde a filha D. Joana (nascida em 1452, três anos antes do irmão) com 38 anos, com tuberculose, tendo o futuro Príncipe Perfeito sido «sempre doente e muito mal disposto» até aos 13 anos e, aos 15, ainda «pequeno de corpo e muito doentio e mal disposto em toda a sua meninice, que cada um ano o tinham por morto e os físicos de sua vida e saúde desesperados», havendo seu pai, o Infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V, morrido, novo também, com 37 anos — esse juízo de outros médicos levou-os a pensar, antes, que, em vez de envenenada, a mãe de D. João II haja sucumbido a hemoptises, entre outras razões porque se sabe que os intriguistas da corte quiseram convencer o marido a não co-habitar com ela por sofrer de mal pegadiço e já se saber então que a tísica era contagiosa, não havendo nada que nos convença de que fossem assim consideradas então as metrorragias ou mesmo as disenterias, admitindo a hipótese de ser qualquer destas o «fluxo de sangue» (1). A hipótese de envenenamento deve ter resultado da raiva do Duque de Bragança, ao ter visto que. por influência de D. Isabel, seu marido reabilitara a memória de D. Pedro e fizera aos restos deste solene trasladação para a Batalha, dirigida pelo Infante D. Henrique. A explicação simplória dos dados históricos fundada em manifestações de ódio e ameaças mesmo e o facto de ser então moda envenenar os inimigos políticos ou pessoais, moda vinda da Itália, não deve levar-nos a erros. Também o punhal estava em moda e apenas, em largo período, se registaram entre nós as mortes do Conde de Andeiro por D. João I e do Duque de Viseu por D. João II.

Por morte de sua mãe ficou o Príncipe entregue aos cuidados de sua tia-avó D. Filipa, filha do Regente, que fora recolhida no Convento de Odivelas ao dispersar-se a família, a seguir a Alfarrobeira e ali se manteve, embora sem professar, escrevendo e traduzindo livros piedosos e levando uma vida prestigiosa, ouvido sempre o seu conselho em ocasiões difíceis. D. Filipa acarinhou-o, educou-o e incutiu-lhe, como era natural em quem assistira à tragédia que lhe destruira a família, horror e ódio aos duques de Bragança, principais culpados dela, contando-se que mostrava ao sobrinho, de vez em quando, a camisa ensanguentada que o Pai (avô dele) levava vestida na tarde de Alfarrobeira, golpeada pelas lançadas que o fizeram tombar e que a filha guardava como relíquia numa arca.

Do carinho, mimos e piedade da Tia-Avó e de D. Beatriz de Meneses, viúva dum servidor de D. Pedro e antiga governanta de D. Isabel, sua mãe, passou D. João aos 7 anos para os cuidados do aio, Diogo Soares de Albergaria e de sua mulher, D. Beatriz de Vilhena. Foi educado com a irmã — a futura Santa Joana — numa corte sem Rainha, e com o pai ausente com frequência, nas andanças que lhe deram o cognome de Africano. Tinha 3 anos quando foi conquistada Alcácer Ceguer, 5 quando morreu o Infante D. Henrique, 9 quando seu tio e futuro sogro, o Infante D. Fernando, foi derrotado em Tânger,

⁽¹⁾ Fernando Correia, O Julgamento da Rainha D. Leonor, págs. 40, 41 e 45.

14 quando este destruiu Anafé (a futura Casabranca), falecendo no ano seguinte, possívelmente tuberculoso, aos 37 anos, como vimos.

A sua educação foi esmerada. As tradições e possibilidades de cultura e piedade da corte de D. João I e e D. Filipa de Lencastre haviam-se acrescentado com o aumento da livraria real por D. Duarte, D. Afonso e D. Henrique, como se sabe e fàcilmente se recorda, vendo a lista das obras seleccionadas que a constituíam, de cultura moral, religiosa, histórica, de cavalaria, militar, de caça, etc., com biografias exemplares de santos, reis, guerreiros e sábios e outras, sobre filosofia, cosmografia, matemática, medicina, geografia, astronomia, cartografia, arquitectura naval, etc.

Entre essas obras contavam-se a de D. João I sobre *Montaria*, as de D. Duarte, *O Leal Conselheiro* e *Arte de bem cavalgar toda a sela*, além de 20 outras sobre múltiplos assuntos educativos, filosóficos, de administração, esgrima, Misericórdia, sermões, etc., o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, do Infante D. Pedro, que, só por si, mesmo que os outros não existissem, sintetizava o suficiente para a formação de esprito dum futuro cavaleiro, ou dum Príncipe exemplar.

Educação física, mental, moral e religiosa, D. João Teve-a, modelar. Tomou depois como modelos seus avós, D. Duarte e D. Pedro, e seu Pai, D. Afonso V. Independentemente disso foi influenciado fortemente pela moda política que havia de ser sentetizada mais tarde por Maquiavel, que nasceu precisamente 11 anos depois dele, em 3 de Maio também, de 1469, posta em prática em França, desde 1461, quando o futuro Príncipe Perfeito tinha apenas 6 anos, por Luís XI, esse mestre da arte que em 1876 havia de zombar da ingenuidade de seu pai.

Vale a pena meditar sobre o que, além das forças, qualidades e defeitos hereditários, influiu, em leituras, conselhos, exemplos e modas, na psicologia de D. João II. Há muito que aprender com tal meditação. Aos 15 anos, refeito dos achaques da infância, era um rapaz forte, valente, corajoso, cheio de brio, culto, inteligente, bom cavaleiro, sabendo manejar as armas, caçando e divertindo-se.

Em 22 de Janeiro de 1471 casou com sua prima D. Leonor, filha do Infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V, e da Infanta D. Beatriz, filha do Infante D. João, neta, como o marido, de D. João I — todos da «inclita geração». Só passaram a viver juntos, porém, um ano depois, em 1472, pois ela tinha menos 3 anos do que ele, por ter nascido em 1458, em 2 (ou 8) de Maio.

Entretanto, em 24 de Agosto de 1471, foi armado cavaleiro, por seu Pai, em Arzila, logo a seguir à tomada desta, na Mesquita benzida, ante o cadáver do Conde de Marialva, depois de ter, surdo aos conselhos do mais elementar bom senso, obrigado o Pai a deixá-lo ir àquela aventura, que foi feliz, mas onde ambos podiam ter morrido, deixando o Reino em perigo de perder a independência.

Fosse como fosse, o *Príncipe Perfeito* tinha terminado a sua formatura, pela formação moral, religiosa, intelectual e física e, finalmente, pelo exame de Estado, pela prova prática da luta, de onde voltou com a espada amolgada, pela prova das armas, a sua formatura guerreira, sendo promovido a Cavaleiro. E, além disso, aos 16 anos, era já um homem casado. E casado com uma linda Princesa, que ele escolhera por certo, educada na mesma escola da Inclita geração, igualmente formada, moral, religiosa, intelectual e fisicamente (pois todas as damas da época sabiam andar a cavalo), e, não, evidentemente, para as lutas com as espadas e lanças, mas com o espírito formado para as lutas psicológicas, pela sua personalidade forte, briosa, digna, inteligente, culta, de vontade esclarecida e justa. O casal estava assim pronto para reinar apesar de tão novo.

E toda a vida de ambos em comum e a de D. Leonor depois da morte de D. João, é a consequência lógica da sua personalidade e

cultura revelada nos dois precocemente.

Em 18 de Maio de 1475 — ele com 20 anos, ela com 18 — nascelhes o filho. Logo a seguir, no Outono, o jovem Pai parte para Espanha a acudir ao brioso D. Afonso V que o chama, e, em Março seguinte na Batalha de Toro, salva a honra de Portugal, vencendo, quando o próprio Rei, seu Pai, na mesma tarde, foi vencido.

Deixara a Regência do Reino à sua jovem Mulher, que bem se houve com ela, auxiliada por um Conselho, de que fazia parte o Velho Duque de Bragança (o de Alfarrobeira) e o Arcebispo de Lisboa D. Jorge da Costa, futuro Cardeal de Alpedrinha. Pela segunda vez D. Afonso V punha em risco a independência, embora desta já tivesse a garantia de existir o neto, D. Afonso, aliás débil menino de seis meses, quando D. João partiu.

A paradoxal vitória deste exército em que o Rei e comandante supremo foi vencido e fugiu, encheu de prestígio o Príncipe e deu-lhe verdadeira maioridade para reinar, a ele que ensaiara a administração havia 2 anos regendo os negócios da Guiné que o Rei seu pai

lhe confiara.

Quando ia regressar ao Reino, porém, surgiu-lhe a primeira nuvem carregada. O Duque de Guimarães, D. Fernando, futuro Duque de Bragança, que também estava com ele no Toro, rompeu em imprecações, lamentando espalhafatosamente a sorte incerta do Rei, de quem mais ninguém se lembrou, e ficaria por lá abandonado...

D. João conteve-se, apesar do seu temperamento, mas certamente não esqueceu mais nem perdoou a impertinência mal disfarçada.

A guerra futura entre ambos era inevitável.

(Continua)



Romagem à Quinta de Vale de Lobos

intuito de homenagear oportunamente os vultos notáveis de Lisboa é tarefa a que se têm imposto os dirigentes do nosso Grupo e também os seus associados. Assim, é preito de justiça, declarar que esta homenagem a Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo se deve à sugestão do nosso prestimoso consócio sr. Francisco Duarte Resina. Não se disse na descrição da actividade cultural do mês de Junho do ano corrente publicada no OLISIPO n.º 71, de quem tinha partido a sugestão da visita. Diz-se hoje, e porque foram tão sentidas as palavras no local proferidas pelo nosso referido consócio, transcrevem-se hoje na integra, homenagem simultânea ao grande historiador que nasceu na Rua de S. Bento e ao seu apaixonado admirador que habita na Ajuda.

E. N.

Palavras proferidas pelo Sr. Francisco Duarte Resina na quinta de Vale de Lobos, em 25 de Junho de 1955:

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Antes de me referir ao significado desta romagem permitam-me que agradeça à Ex. ma Direcção do Grupo «Amigos de Lisboa» a gentileza que teve em aceitar a minha sugestão para que ela se realizasse.

Admirador de Alexandre Herculano desde menino e moço, por ver nos livros das primeiras letras o seu retrato sentado num cesto vindimo, e dizerem-me que era um Homem de muito valor e muito modesto, e depois pelos seus escritos que leio com muito prazer por que me encorajam para arrostar com as contrariedades da vida, e por conhecimento do seu carácter, há muito que premeditava esta homenagem. Podia tê-la feito já porque tenho vindo várias vezes a Santarém, mas gostava de a fazer como se fez hoje: com tão selecta companhia

Habitante da Ajuda há 65 anos é com veneração que ainda hoje contemplo a Casa em que Ele viveu e trabalhou durante 30 e tantos anos, e onde recebeu amiudadas vezes o seu Rei e Amigo o Senhor Dom Pedro V; o Duque de Sal-danha; o Marquês de Sabugosa; o Visconde de Almeida Garrett, Rebelo da Silva, e outros grandes vultos daquela época; como é com veneração e respeito que estou pisando este chão sagrado que Ele tanto amou e tanto engrandeceu.

Foi em Janeiro de 1859, que Alexandre Herculano pôde realizar o grande sonho de toda a sua vida: possuir uma nesga de terra a que pudesse chamar sua e aplicar nela a sua vasta ciência agrícola já demonstrada na Horta do Galvão em Belém e na Granja do Calhariz da Arrábida, ao pé de Sesimbra, pertença da Casa Palmela.

Tinha portanto 49 anos de idade quando adquiriu com um poucochinho das suas economias e quatro contos de réis que recebeu da Livraria Bertrand pela liquidação dos seus direitos de autor de diversos livros que aquela casa editou, esta quinta que pertencera à família dos Condes de Mesquitela, e que era composta de terras férteis, mas em larga medida por arrotear ou em pousio.

Não tinha habitação própria e por isso teve que aceitar o boleto que lhe dava o seu velho amigo o Brigadeiro Gorjão ali na Quinta de Gualdim, em Azóia, e que fora quem o aconselhara a fazer esta compra.

Pouco tempo se utilizou do favor do seu velho amigo porque em breve mandou levantar dois quartitos, enquanto não se construía a casa que estamos vendo.

E começou logo nesse inverno a plantar grande quantidade de oliveiras e outras árvores de fruto e vinha. Dois anos antes de morrer ainda mandou plantar um pinhal além naquela parte mais irregular e montuosa.

Todos os produtos que aqui se criavam eram excelentes, devido à amenidade do terreno e ao zelo com que eram cuidados.

O azeite, então, a que ligou o seu honrado nome era o mais belo e de melhor paladar até então conhecido no mercado.

Estudou a agricultura com tanto interesse, Ele o Homem da cidade, o Homem de Letras, que em breve era o conselheiro e orientador dos agricultores desta região, e seu defensor em todos os transes, ou injustiças de que eram vítimas.

Os humildes e os pobres tinham n'Ele

um grande advogado gratuito.

Mas Alexandre Herculano, o Mestre como os seus admiradores lhe chamavam. não era apenas uma reputação caseira, um planeta nacional, uma memória circunscrita pelos limites da Pátria; era uma figura majestosa e radiante, cujo caminhar, como o dos Deuses antigos, fazia um rumor sonoro.

Alexandre Herculano era desses Homens extraordinários que a prodigalidade divina manda à Terra em determinados séculos

A Alemanha citava-o com aplauso, pela boca dos seus principais sábios; a Inglaterra admirava-o pelo testemunho dos seus historiadores; e a França, com uma excepção notável, convidava-o a

ingressar no seu Instituto.

Teve a honra de receber aqui nesta casa que Ele classificava de choupana dum pequeno lavrador dos Bairros de Santarém, a visita de grandes vultos tais como: o Imperador do Brasil, o bondoso Dom Pedro II; o Duque de Palmela; o grande jurisconsulto Dr. Abel Mota da Veiga, o mimoso romancista Júlio Dinis; o brilhante poeta Bulhão Pato e tantos outros

de igual envergadura. A sua intimidade com estas altas personagens não o impedia de conviver com os humildes. E tanto assim, que à hora da morte não se esqueceu de contemplar os seus criados José Antunes e Francisco Filipe, cujos descendentes, ainda continuam ao serviço desta boa casa.

Por sua morte, que teve lugar em 18 de Setembro de 1877, quando ele contava 67 anos e meio, esta Quinta, ou melhor esta Granja modelo, foi adquirida pelo seu amigo o opulento lavrador Sr. Paulino da Cunha e Silva, que assistiu como testemunha do testamento que Alexandre Herculano ditou na véspera do seu faleci-

Hoje é pertença dos seus Herdeiros, duas Senhoras muito velhinhas, filhas daquele Senhor, e que tiveram a bondade de nos facilitar esta visita pelo que nos confessamos muito gratos.

Vale de Lobos, em 26 de Junho de 1955.

FRANCISCO DUARTE RESINA

O Arco da Rua Augusta

NENHUMA peça da monumentalidade lisboeta é mais conhecida do que esta. Faz parte do grande plano de reconstrução concebido por Eugénio dos Santos, mas o arco pròpriamente dito só foi concluído, nos seus acabamentos finais, em 1873.

Não se entende nenhuma fotografia ou gravura do Terreiro do Paço ou da estátua equestre, que não aponte também o Arco. Por isso este tem sido reproduzido milhões de vezes e não será exagero dizer que é o nosso monumento mais conhecido.

Todavia já repararam que ele não tem nome? Ou antes, o nome que tem, não é uma denominação própria, mas apenas uma alusão toponímica, e assim, se ele estivesse na outra extremidade da rua, chamar-se-ia o Arco do Rossio e por esta ordem de ideias se poderia, consoante o local da sua erecção, chamar-se o Arco da Rua do Ouro ou o Arco da Rua da Prata.

Parece que não está bém. Que o Arco tome o nome da Rua em que assenta é uma subalternização. Que a rua tomasse o nome do Arco, sendo este o elemento dominante, é que estaria certo.

As belas colunas (monolíticas) que foram colocadas em 1815, as figuras de Viriato e Vasco da Gama, do Marquês e do Condestável, esculpidas por Vítor Bastos, o grupo escultórico da Glória, coroando o Génio e o Valor, de Calmels, as imponentes armas reais, tornam este monumento, tão querido dos lisboetas e tão popularizado, um dos apontamentos mais valiosos do nosso panorama urbano.

Estamos porém a tempo de o consasagrar e atestar-lhe melhor a nossa veneração artística, dedicando-lhe uma denominação que esteja em harmonia e à altura da sua importância.

Tragam os Amigos de Lisboa as suas sugestões nesse sentido. Quem tiver um bom alvitre a propor, que o envie à nossa Secretaria e ele será oportunamente considerado

Arco de ... ?

H. R.

Porto de Lisboa

Nº dia 11 de Outubro a Administração do Porto de Lisboa promoveu uma visita às suas mais recentes obras, para o que foram convidados a imprensa e outras individualidades. Os Amigos de Lisboa também foram obsequiados com um convite e estiveram representados por um membro da Junta Directiva.

Não basta efectivamente trabalhar, melhorar, ampliar. É boa política trazer até ao público o conhecimento dos frutos da Administração, quando, como no caso presente, há realmente muito que mostrar.

Quantas vezes tem sido os Amigos de Lisboa, quem, por meio das suas visitas de estudo, vem divulgar grandes obras, a que se não faz a devida publicidade. Mesmo estas, as do Porto de Lisboa, tem sido várias vezes objectivadas por ocasião do nosso passeio anual no Tejo.

O Porto de Lisboa preocupou D. Manuel I e D. José, que lhe introduziram melhoramentos consideráveis para a época. O primeiro projecto de obras de certa monta foi executado por Carlos Mardel, mas aquelas que tornaram Lisboa o grande porto comercial que hoje é, foram iniciadas e inauguradas em 31 de Outubro de 1887 por El-Rei D Luís, e, em homenagem ao monarca, a inauguração recaiu no dia do seu aniversário natalício.

Esse grande impulso constou de construções que iam desde Alcântara até Santa Apolónia. Com ele se conquistaram ao Tejo, pela primeira vez, grandes áreas, bastando dizer-se que em 1834 e muito depois, as águas do rio iam espraiar-se à Casa da Moeda, na Boa Vista.

Hoje a área confinada ao Porto de Lisboa vai desde a linha Bugio-S. Julião da Barra até à Ponte Marechal Carmona em Vila Franca e o novo impulso executado com o plano de melhoramentos de 1946 comporta realizações de volume impressionante e de utilidade indiscutível, dentro dum orçamento de quinhentos mil contos.

Os Amigos de Lisboa congratulam-se com tudo o que possa significar o progresso da Capital e o enriquecimento do seu grandioso e famoso porto, donde partiram naus e caravelas para a descoberta do mundo distante, e onde hoje se acolhe com segurança e comodidade a navegação de todo esse mundo. Por isso, os Amigos de Lisboa felicitam a Administração do Porto de Lisboa e agradecem penhorados não só o convite recebido, como as atenções dispensadas ao seu representante durante o passeio.

H. R.

ACTIVIDADE CULTURAL

no Trimestre Passado

Como foi anunciado cumpriu-se o programa prescrito na circular n.º 142 que marcava a visita de estudo ao Quartel de Artilharia Pesada n.º 1, no domingo 3 de Julho. O transporte para Sacavém fez-se em auto-carros da Carris que levou até Sacavém cerca de dois centos de sócios e suas famílias que, acompanhados pelo Secretário-Geral, foram gentilmente recebidos pelos srs. Coronel A. Afra Nozes, Tenente-Coronel Lacerda Machado e outros oficiais, respectivamente, o primeiro, Comandante da Unidade, nosso consócio e Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, e o segundo, 2.º Comandante da mesma Unidade.

O aquartelamento instalado no Convento das Clarissas de Sacavém foi fundado em 1577 e que para lá foram do Convento da Madre de Deus.

O sr. Coronel Afra Nozes fez aos visitantes uma erudita palestra sobre o local e história do edifício e acompanhou depois, com o 2.º Comandante, a visita às instalações da Unidade, algumas de recente construção, e ao edifício da antiga igreja, agora em obras de restauro.

Na parte antiga foram observados azulejos dos séculos XVII e XVIII e uma típica escada interior do século XVI. As casernas, refeitórios, parques de jogos e parques do material, tudo do mais moderno e eficiente foram visitados detalhadamente.

Na quinta-feira, 14, realizou-se na sede uma conferência pelo consócio Dr. José Garrido Mendes da Cruz, intitulada Do Príncipe Real a S. Roque, que reuniu cerca de uma centena de sócios. Presidiu o Secretário-Geral e foram abordados interessantes temas locais e recordadas algumas das figuras mais notáveis que residiram nas imediações.

A 23 inaugurou-se na sede, uma Exposição de Vistas Panorâmicas de Lisboa, organizada pelo nosso consócio sr. Eduardo Portugal, tendo

sido expostos notáveis exemplares das colecções do Grupo, do orga-

nizador, do nosso Director Tesoureiro e de outros.

Em 7 de Agosto encerrou-se a actividade cultural do trimestre com uma visita de estudo a Tomar, que em auto-motora especial levou uma centena de sócios em óptima viagem directa, de uma hora e dez minutos, até à cidade do Nabão, onde eram esperados por alguns consócios idos de automóvel e pelos Presidente da Câmara Municipal de Tomar, Ex.^{mo} Sr. Tenente-Coronel Fernando de Magalhães e Oliveira, e pelo organizador da excursão, o nosso consócio Sr. Major Eugénio Sobreiro de Figueiredo e Silva.

Os excursionistas foram acompanhados da parte dos Corpos Directivos pelo Secretário-Geral, Doutor Eduardo Neves, o Vice-Presidente Substituto da Junta Directiva, Dr. Luís Chaves, e 1.º Secretário

da Assembleia Geral, Sr. Teodoro Lopes Ramos.

Em auto-carro deslocaram-se os visitantes até ao Convento onde se iniciou a visita.

Das palavras proferidas, publica-se a seguir um breve resumo

feito pelo seu autor e director da visita.

Na estalagem do Mouchão, no Parque das Merendas, uns, e na esplanada da Estalagem, outros, realizou-se um aprazível almoço, onde o Grupo teve a honra de ter como convidado o Presidente da Câmara, que sempre nos acompanhou, o organizador da visita e a sr.ª Chefe da Secção de Turismo.

Os excursionistas regressaram a Lisboa, ao anoitecer, admiràvelmente impressionados com esta agradável visita de estudo, quer pela organização, quer pelo visitado, em que muito ouve de olisiponense

como das palavras que a seguir se transcrevem se infere.

Segue o resumo das palavras proferidas nos diversos locais pelo sr. Major Figueiredo e Silva:

Desde que se começou a sentir a necessidade de estender para fora de Lisboa as visitas que periòdicamente se faziam apenas dentro da cidade e quando muito aos arredores, eu apresentei a ideia de que uma delas fosse dedicada à cidade de Tomar, cuja história está întimamente ligada à fundação da nossa nacionalidade e, onde, a par das excepicionais belezas com que a natureza a dotou, apresenta, como poucas, um conjunto riquíssimo de monumentos que vão do século XII ao século XVII.

Além disto, há ali, espalhados por diversas partes, alguns elementos de valor que fizeram parte do património artístico de Lisboa, que para lá foram

levados e que ao Grupo interessa conhecer.

O nosso consócio Sr. Dr. Eduardo Augusto da Silva Neves, ilustre Secretário-Geral do Grupo, perfilhou essa ideia, apresentando-a à Junta Directiva, a visita foi um facto no dia 7 de Agosto do corrente ano e tendo a amabilidade de me convidar para a dirigir, aceitei o convite, não pelos meus méritos ou pelos meus conhecimentos, como tive ocasião de frisar já, mas porque, na minha qualidade de militar, não tenho por hábito furtar-me a responsabilidades.

Cerca de 100 sócios se deslocaram até lá em automotora especial e também alguns nos seus carros particulares. Chegaram a Tomar perto das 11 horas, onde na gare da estação do caminho de ferro o Ex.^{mo} Presidente da Câmara e eu, que tinha ido na véspera, os aguardávamos. Seguimos da estação para a Sede

da Comissão Municipal de Turismo, cujo edifício representa a reconstituição de uma casa rica do século XVI, para a qual se aproveitaram valiosas peças daquela época e que andavam dispersas ou se encontravam guardadas no Museu.

Ali, foram apresentados cumprimentos aos recém-chegados pelo Sr. Presi-

dente da Câmara, agradecendo em nome do Grupo o Sr. Dr. Eduardo Neves.

Seguiu-se a visita, com o seguinte programa: Visita ao Castelo, Convento de Cristo e Capela de Nossa Senhora da Conceição. Almoço no Mouchão. Visita aos restantes monumentos e passeio pela cidade.



O director da visita falando num dos claustros do Convento de Cristo

Transportados ao alto do monte em auto-carros, começou a visita pelo Castelo, fundado por D. Gualdim Pais, Mestre da Ordem dos Templários em Portugal, tendo sido lançada a primeira pedra em 1 de Março de 1168. À sombra acolhedora das suas muralhas, foram descritos os factos mais importantes da sua história. Seguiu-se dali para a Charola, primitiva Capela do Castelo, em estilo românico bizantino, do fim do século XII e hoje Capela-Mor da Igreja do Convento. Depois passou-se à parte gótica, representada pelos claustros do cemitério e da Lavagem, mandados construir pelo Infante D. Henrique, quando foi Mestre da Ordem de Cristo.

Junto a estes claustros existem ainda restos dos Paços denominados do Infante.

Passou-se a seguir ao corpo da Igreja mandada construir por D. Manuel, a seguir à epopeia dos descobrimentos marítimos, cujo portal de João de Castilho foi atentamente observado, bem como a parte que se deve a Diogo d'Arruda constituída pela abóbada do coro, baixo coro e as respectivas fachadas exteriores.

Na fachada poente fica a célebre janela conhecida em toda a parte por janela do Capítulo, ornamentada na sua maior parte com motivos marítimos.

O interior do coro foi revestido no início, com um rico cadeiral de talha dourada. No período das invasões francesas, foi destruído e queimado.

O cadeiral que lá está hoje, bem como a teia que serve de espaldar, vieram em 1924, salvo erro, do extinto Convento de Santa Joana, de Lisboa.

Entrou-se por fim na parte conventual, pròpriamente dita, verdadeiro repositório da Renascença. O Claustro Principal, de Diogo Torralva, os Corredores das Celas, o Refeitório e Cozinha, os Claustros dos Corvos, da Micha, da Hospedaria e de Santa Bárbara.



Os visitantes à saîla do almoço realizado no Parque do Mouchão com o Presidente da Câmara de Tomar

Por último, na companhia do Rev. Vice-Reitor do Seminário das Missões Ultramarinas, visitaram-se as dependências do mesmo, instaladas nas antigas Casas do Noviciado, constituídas por três lindas salas de tectos de caixotões.

Aqui findou a visita ao Convento. Retomados os lugares nos auto-carros, visitou-se a Capela de Nossa Senhora da Conceição, riquíssimo exemplar da renascença clássica, mandada construir por Frei António de Lisboa no século XVI constituindo um exemplar único.

Continuando nos auto-carros chegou-se ao parque do Mouchão, onde à sombra do frondoso arvoredo, se iniciou o almoço fornecido pela Estalagem de Santa Iria, que em alegre e familiar convívio, durou até cerca das 16 horas.

Saindo do Mouchão e em passeio pelo jardim da Várzea Pequena, entrou-se na Capela de S. Gregório (século XVI) onde se admiram dois grandes e ricos

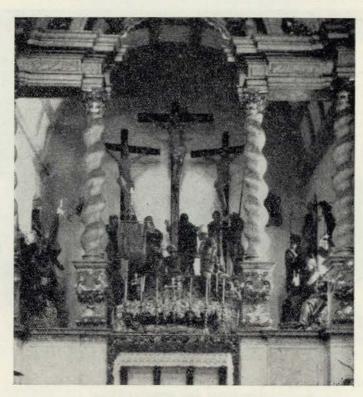
painéis de azulejos alusivos à Ordem da Trindade e que pertenceram à Capela-

-Mor da Igreja das Trinas do Mocambo, de Lisboa. Seguiu-se a visita à Igreja de S. João Baptista, da época de D. Manuel, com o gótico flamejante do púlpito e do pórtico principal. No interior tábuas de Gregório Lopes e da escola flamenga.

Entrou-se depois na Sinagoga, exemplar único do século XV, onde se encontra

instalado o Museu Luso-Hebraico de Abraão Zacuto.

Passou-se a visitar a igreja do antigo Convento de S. Francisco (século XVII). Aqui se encontra armado, tal como estava no local primitivo o grupo de cerca de 30 figuras, representando os passos da Paixão de Cristo, vulgarmente conhecido por «Calvário de Xabregas». Por instâncias da Companhia dos Tabacos,



Figuras da Paixão de N. S. Jesus Cristo que estava armada na casa do mesmo nome no Convento de S. Francisco em Xabregas e actualmente na Igreja do Convento de S. Francisco, em Tomar

o Ministério das Finanças, autorizou que fosse retirado da dependência que ocupa ao lado direito de quem entra na galilé da antiga igreja do Convento de S. Francisco de Xabregas. Intitulava-se esta dependência: «Casa da Paixão de N. S. Jesus Cristo». A Comissão de Turismo de Tomar pediu que lhe fosse cedido e aqui ficou instalado desde 1940.

A talha da Capela-Mor, por detrás da qual se vêem as figuras, constituía o retábulo da já referida Capela-Mor da Igreja das Trinas, de Lisboa. A estamesma Capela-Mor pertenceram também as quatro grandes telas que formam os retábulos das outras tantas capelas laterais. A rica teia de ferro forjado

que está na Capela-Mor, consta que pertenceu à Capela de Santa Luzia, de Lisboa. Saindo desta Igreja de S. Francisco, passando junto dos restos dos antigos Estaus, visitou-se a Igreja de Santa Iria, com seus ricos azulejos e um retábulo de pedra, da escola Coimbrã, o claustro do antigo convento e o chamado Pego de Santa Iria, onde a lenda diz que foi martirizada e deitada ao rio a mesma Santa.

Aproximava-se a hora da partida da automotora para o regresso a Lisboa.

Já não houve tempo de vistar a Igreja de Santa Maria dos Olivais, os bairros novos da cidade e o sítio histórico de S. Lourenço.

Cada um se foi preparando para tomar o caminho da estação e às 20 horas e 5 minutos a automotora retomou a sua marcha, chegando a Santa Apolónia

Devo desta visita tirar as seguintes conclusões:

Não se pode ir a Tomar para uma visita conscienciosa em tão curto espaço de tempo. A repetirem-se mais visitas, como é natural, tem que ser dividida a visita em dois ciclos.

1.º - Para o Convento de Cristo e Senhora da Conceição; 2.º - Para o resto.

A visita foi feita ràpidamente, não havendo tempo para prestar atenção a um sem número de pormenores que se torna indispensável conhecer. Será de ponderar, pois, a modalidade apontada.



ÍNDICE

DO 18.º VOLUME

1955

77

	Pág.
Acção cultural durante o ano de 1954	37
Actividade cultural do semestre passado	123
Actividade cultural do trimestre passado	164
A Propósito da Avenida da Liberdade	120
A Propósito de D. João II, pelo Dr. Fernando da Silva Correia	155
Banhos (Os) da Rocha do Conde de Óbidos, por Alfredo Ferreira do Nasci-	
mento	49
Brazão de Armas (O) da Cidade de Lisboa, por Alfredo Ferreira do Nas- cimento	149
Comunicação do Grupo «Amigos de Lisboa» à Ex. ^{ma} Presidência da Câmara, determinando o seu parecer sobre o momentoso problema da Avenida	
da Liberdade	135
Conquista (A) de Lisboa no Teatro da Rua dos Condes, nótula por M. S	145
Convento (Um) de S. Filipe em Lisboa?, por Alfredo Ferreira do Nasci-	(S)PC
mento	99
Discurso do Secretário-Geral dos «Amigos de Lisboa», Sr. Doutor Eduardo	
Augusto da Silva Neves, no acto de posse de Vereador da Câmara Muni-	
cipal de Lisboa em 2 de Janeiro de 1955	3
Entrevista com Matos Sequeira, por Hugo Raposo	7
Feira da Ladra 27, 83, 130 e	161
História (A) de um Palácio, por Matos Sequeira	101
Homenagem a Matos Sequeira. Discurso do Secretário-Geral do Grupo	43
«Amigos de Lisboa», Doutor Eduardo Neves	171
Locução do Guia na Romagem de Peregrinação, evocadora das «Viagens na	111
Minha Terra», contributo do Grupo «Amigos de Lisboa» às Comemo-	
rações Garretteanas, pelo Capitão Júlio da Costa Pinto	17
Nótula lisboeta (Uma), pelo Prof. Doutor Joaquim Fontes	93
Parecer da Comissão de Contas	90
Passeio Público (O) dos nossos avós, pelo Dr. Francisco Câncio	69
Quadro de Azulejos (Um) bem lisboeta, nótula por M. S	154
Relatório da Junta Directiva	86
Resposta do Ex. mo Vice-Presidente da Câmara ao parecer do Grupo sobre o	
problema da Avenida da Liberdade	141
Toirada (Uma) em Pedroiços em 1873, pelo Dr. Gilberto Monteiro	24
Velhos Palácios (Os) da Rua da Junqueira. Conferência proferida na sede do	
Grupo «Amigos de Lisboa», em 26 de Abril de 1951, pelo seu Autor,	100
o + Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal 55 e	106

LIVROS

EDIÇÕES DO GRUPO E DOS SÓCIOS

77

VÁRIA			
	PREÇOS		
	Sócios	Público	
Evocação do Café Martinho	esgo	tado	
Noite de evocação do Leão de Ouro	13\$50	15\$00	
Urbanização de Lisboa	4\$50	5\$00	
Lisboa de ontem e de hoje do Sr. Rocha Martins	esgo		
A Cor de Lisboa	13\$50	15\$00	
Olisipos (alguns números esgotados) cada	18\$00	20\$00	
A. VIEIRA DA SILVA			
O Castelo de S. Jorge	13\$50	15\$00	
A Ponte de Alcântara	13\$50	15\$00	
Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa	13\$50	15\$00	
Fantasias sobre a origem do nome de Lisboa	13\$50	15\$00	
ALFREDO DA CUNHA			
Oligina havas da vaniadisma nautumuŝa	10050	15000	
Olisipo berço do periodismo português	13\$50	15\$00	
ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA			
A Igreja e o Sítio de Santo Estêvão	13\$50	15\$00	
O Campo de Santa Clara	13\$50	15\$00	
Ronda e Silva de Lisboa Velha	9\$00	10\$00	
Bagatelas de tempo vário	9\$00	10\$00	
24844444 46 44444 4444 4444 4444 4444 44	0400	10000	
AUGUSTO CASIMIRO			
		20200	
Lisboa Mourisca	18\$00	20\$00	
THE PROPERTY OF THE PROPERTY O			
EDUARDO NEVES			
Ruinas do Carmo	esgot	ado	
Igreja da Penha de França	2		
Faculdade de Medicina			
Lisboa nos Ex-Libris	2	>	
Lisboa na Numismática e na Medalhística	×		
O Convento dos Barbadinhos Italianos	×		
Do Sítio do Intendente	X	>	
Lisboetas na Índia e Luso-Indianos em Lisboa	2		
Alocuções	13\$50	15\$00	
Homenagem a Matos Sequeira	13\$50	15\$00	

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

A Irmandade de S. Lucas	9\$00	10\$00
FERREIRA DE ANDRADE		
Relação das casas foreiras O Senado da Câmara e a Guerra Civil Três Touradas no Terreiro do Paço Palácios Reais de Lisboa Do Convento de N. Senhora de Jesus Guia Olisipo n.º 1 a 9, cada Visite Lisboa Vinte e cinco anos na vida duma capital	esgot 45\$00 esgo 7\$50 64\$00 54\$00	50\$00
GILBERTO MONTEIRO		
Esboço histórico do Hospital de Belém	18\$00	20\$00
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA		
Auto de S. João	9\$00 18\$00	10\$00 20\$00
HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA		
Casas onde em Lisboa residiu Almeida Garrett	esgo	tado
HENRIQUE LINHARES DE LIMA		
Vultos e sombras medievais	45\$00	50\$00
HUGO RAPOSO		
Primeiro circuito da Lisboa Moderna em transporte colectivo	9\$00	10\$00
J. S. VIEIRA		
O Convento dos Marianos	esgo	tado
JOAQUIM ROQUE DA FONSECA		
A Urbanização de Lisboa	13\$50	15\$00
JOSÉ SEBASTIÃO SALDANHA OLIVEIRA E DAUN		
Relação histórica (resumida) das cavalhadas do Terreiro Real que se fez na Corte da cidade de Lisboa em 1795	esgo	tado
JULIETA FERRÃO		
Lisboa 1870	9\$00	10\$00
LUIS MOITA		
A Ermida de Santo Amaro	esgo	tado

LUIZ PASTOR DE MACEDO		
A Baixa Pombalina	esgo 7\$20	tado 8\$00
do Sr. Paulo Freire	esgot	tado
Freguesia da Sé	2	,
LUÍS TEIXEIRA		
G «Diário de Notícias» no Século XIX	4\$50	5\$00
LUIS TRINDADE		
Janelas de Alfama	18\$00	20\$00
MANUEL VICENTE MOREIRA		
Jardins de Lisboa e Porto	esgo 27\$00	tado 30\$00
MÁRIO COSTA		
Da Rua Nova à Rua dos Capelistas	18\$00	20\$00
MÁRIO SAMPAIO RIBEIRO		
Igreja da Conceição Velha	esgo	tado
A Igreja e o Convento da Graça	45\$00 esgo	1000000
NORBERTO DE ARAÚJO		
Pequena Monografia a S. Vicente	9\$00	10\$00
ROBERTO DIAS COSTA		
A Paroquial de S. Jorge de Arroios	9\$00	10\$00
RUY DE ANDRADE		
Como o artista Alfredo de Andrade encarava alguns problemas da edilícia citadina	9\$00	10\$00
RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ		
Subsídios para Heráldica Tumular Moderna Olisiponense	45\$00	50\$00
TINOP		
Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols cada	13\$50	15\$00

CASA DOS PNEUS

PNEUMÁTICOS E CÂMARAS D'AR
PARA AUTOMÓVEL E CAMION
ACESSÓRIOS DE AUTOMÓVEIS
RECAUCHUTAGEM · RECHAPAGEM

IMPORTANTE SECÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA ALMOFADAS E COLCHÕES EM ESPUMA DE BORRACHA

126, RUA DA PRATA, 132

Telef. 2 16 45

FRIGORÍFICOS DOMÉSTICOS

a electricidade, gás ou petróleo

ASPIRADORES

domésticos e industriais

ENCERADORAS

eléctricas e outras

MÁQUINAS DE COZINHA

domésticas

MÁQUINAS DE LAVAR

domésticas e industriais

Amarca mundial

SEDE E EXPOSIÇÃO

EXPOSIÇÃO

EXPOSIÇÃO

Rua Pascoal de Melo, 7 Tels. 56115/4 linhas

OFICINAS

Ramos, Afonso & Moita

GRAFICAS

LIMITADA

Composição manual e mecânica. Impressão rápida. Encadernação Livros, Revistas, Magazines, Impressos comerciais e burocráticos Livraria. Papelaria

R. Voz do Operário, 8 a 16

LISBOA

S. Vicente de Fora

R. 1.º de Dezembro, 120-B

Tel. 28246

Livros sobre LISBOA

PORTUGÁLIA EDITORA

Avenida da Liberdade, 13-3.º

A NOSSA por Matos	LISBOA Sequeira e	Pastor	de Ma-	
cedo				

LISBOA - JARDINS, PARQUES E TAPADAS Vol. II do «Guia de Portugal Artis-40\$00

A CARAVELA E OS CORVOS (O Romance de Lisboa), por Suzanne Chantal 1 vol. de 500 págs. LISBOA DE ONTEM E DE HOJE por Rocha Martins, 1 vol

GUIA E PLANTA DE LISBOA Edições em português, francês e inglês. Cada volume 15\$00

ESTÉTICA CITADINA por Ribeiro Cristino. Com desenhos e vinhetas do autor, 1 vol. encadernado... 100\$00

40\$00

Companhia Nacional de Navegação

30\$00

A MAIS ANTIGA E MAIOR EMPRESA ARMADORA PORTUGUESA DAS CARREIRAS DE ÁFRICA

Rua do Comércio, 85 LISBOA

Rua Infante D. Henrique, 73 PORTO

Serviço rápido de passageiros para a África Ocidental e África Oriental, Brasil e América do Norte

FROTA DA C. N. N.

«Mocambique»	13.220 Ton	«Índia»	11 400 Ton.	«S. Thomé»	12.550 Ton.
«Angola»		«Timor»		«Nacala»	5.130 »
«Quanza»	11.550 »	«Save»	2.680 »	«Tagus»	2.320 >>
«Luabo»	3.030 >	«Sofala»	18.520 >	«Agachote»	1.950 »
«Zambézia»	3.538 ≫	«Moçâmedes»	12.990 »	Em construção	
«Lúrio»	3,538 >>	«Rovuma»	12.990 »	«Niassa» 10.00	O Ton. D. W.

AGÊNCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICANOS E NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO

PAPELARIA CARLOS

CARLOS FERREIRA, LDA.

Rua do Ouro, 34, 38 Telef. 20244 Teleg. PAPELCAR LISBOA

Especialidade em livros para ESCRITURAÇÃO COMERCIAL Grande sortido de artigos para DESENHO E ESCRITÓRIO

ANGELO G. RAMALHEIRA

ENGENHEIRO CIVIL

Construções Projectos de Estabilidade Betão Armado

F.

Avenida Sidónio Pais, 14, r/c.-E. – Tel. 49313 LISBOA

Praça D. Filipa de Lencastre, 22, 6.º - Tel. 26251
PORTO

Sec.

PÉROLA DO ROSSIO

LIMITADA

CASA ESPECIALIZADA EM CHÁ, CAFÉ, BOLACHAS, BOMBONS E CHOCOLATES

Tel. 20744 Rossio, 105 LISBOA

ENVIO DE ENCOMENDAS, PARA TODO O PAÍS E ESTRANGEIRO

Todos os tabacos da

Companhia Portuguesa de Tabacos

VIC - TIP TOP - SPORTING - TAGUS PROVISÓRIOS - AVIZ - FRANCÊS - SUPERIOR

são fabricados pelos processos mais modernos, com tabacos escolhidos das melhores procedências

O Sporting Clube de Portugal deve o desporto português grande parte do seu progresso e desenvolvimento. Fundado em 1906, teve como primeiro Presidente da Direcção o Visconde de Alvalade, e, desde essa data, até aos nossos dias, sempre ocupou um lugar de destaque, entre todos os clubes congéneres. Comendador da Ordem Militar de Cristo, Oficial da Ordem de Benemerência, e Cruz Vermelha de Benemerênciaas suas actividades têm-se revestido muitas vezes de um interesse verdadeiramente nacional.

Possui o Sporting, 82 Filiais e Delegações, espalhadas por todo o Império, e uma até na Venezuela. Deste modo, o glorioso clube dos «leões» pode ufanar-se de saber que a sua flâmula verde-branca tremula em todos os mundos que os portugueses deram ao Mundo.

Se juntarmos aos milhares de sócios destas Filiais e Delegações os 17.345 inscritos na sede do Clube, não é ousado afirmar que a bandeira do Sporting representa para cima de cem mil associados, não contando com os simpatizantes.

Mantém o Sporting Clube de Portugal, em permanente actividade, 17 secções desportivas, entre as quais sobressai a de futebol. cuja 1.º categoria conquistou, até agora, 4 Campeonatos de Portugal, 9 Campeonatos Nacionais, 5 Taças de Portugal, e 18 Campeonatos de Lisboa.

A totalidade de títulos obtidos nas diversas modalidades, apresenta os seguintes números.

717 Campeonatos Nacionais, 1.181 Campeonatos Regionais, 17.741 troféus. Entre estes, destacam-se: a primeira taça conquistada pelo Clube, logo no ano da sua fundação, em 1906; e, como símbolos do maior valor desportivo e maior projecção, respectivamente. a salva dos Jogos Desportivos Nacionais, e duas taças monumentais do Jornal «O Século».

Também o Sporting se orgulha de ser o clube português com maior número de deslocações para fora do Continente: Espanha (13 vezes), Brasil (4 vezes), França, Suécia; e, incluídos numa longa digressão pelas nossas Províncias Ultramarínas, União Sul Africana e Congo Belga.

Neste momento, todas as atenções do Clube se concentram na construção de um novo estádio, em Alvalade, cujas

obras devem iniciar-se dentro de pouco tempo.

Tudo indica que a perseverança dos Dirigentes, a fé inabalável da massa associativa e o merecido prestígio que o Clube disfruta em todos os sectores da vida nacional, levarão a bom termo este importante empreendimento que, uma vez concluido ficará a constituir um merecido monumento à glória e grandeza do Sporting Clube de Portugal.





OS

«AMIGOS DE LISBOA»

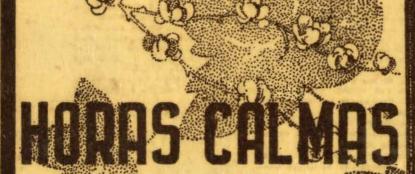
preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa









BENZO-DIACOL